

GUARIMÃ

REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA

Maranhão Brasil

Volume 3, Número 2

JUL - DEZ - 2023

ISSN: 2675-9802

Programa da Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia - PPGCSPA

GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA

Guarimã: Revista de Antropologia
Política, V.3, N.2, ISSN: 2675-9802

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA

Reitor: Prof. Dr. Walter Canales Sant'ana

Vice-Reitor: Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA-PPGCSPA

Coordenadora: Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Aniceto Catanhede Filho

GUARIMÃ –REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA-PPGCSPA

Revista Eletrônica Periodicidade semestral Eletrônica ISSN: 2675-9802

EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes

Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins

EDITOR ADJUNTO

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

SECRETARIA DE REDAÇÃO

Marcionila Coutinho de Matos

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Silvia Diniz

PROJETO GRÁFICO

Murana Arenillas Oliveira

CAPA

Murana Arenillas Oliveira

FOTO DE CAPA: Murana Arenillas Oliveira. Peça pertencente ao Centro de Ciências e Saberes da Comunidade Quilombola de São João de Cortes, Alcântara. Urupema tecida com palha de Guarimã pelo Sr. Daniel.

GUARIMÃ – REVISTA DE ANTROPOLOGIA & POLÍTICA

COMISSÃO EDITORIAL

Arydimar Vasconcelos Gaioso
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Cynthia Carvalho Martins
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Greilson José de Lima
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Karina Biondi
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Helciane de Fátima Abreu Araujo
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Patrícia Maria Portela Nunes
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

Sheilla Borges Dourado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO, UEMA, BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

Alex Shankland
INSTITUTE OF DEVELOPMENT STUDIES AT
THE UNIVERSITY OF SUSSEX, INGLATERRA

Benjamin Alves Alvino
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO-UFMA, BRASIL

Bjorn Sletto
SCHOOL OF ARCHITECTURE OF THE UNIVERSITY
OF TEXAS AT AUSTIN, ESTADOS UNIDOS

Camila do Valle Fernandes
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO-UFRRJ, BRASIL

Charles Hale
COLLEGE OF LETTERS AND SCIENCE OF
UNIVERSITY OF CALIFORNIA, ESTADOS UNIDOS

Dina Picotti
UNIVERSIDAD NACIONAL
DE GENERAL SARMIENTO, ARGENTINA

Heloisa Maria Bertol Domingues
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Henri AcseIrad
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

João Pacheco de Oliveira
MUSEU NACIONAL, UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Jurandir Santos de Novaes
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

Luiz Antonio de Castro Santos
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
RIO DE JANEIRO, BRASIL

Maria Backhouse
INSTITUT FÜR SOZIOLOGIE FRIEDRICH
SCHILLER UNIVERSITÄT JENA, ALEMANHA

Otávio Velho
MUSEU NACIONAL, UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Roberto Malighetti
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI
MILANO-BICOCCA, ITÁLIA

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA, BRASIL

Sérgio Costa Jr.
INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
(LAI) DA FREIE UNIVERSITÄT, ALEMANHA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DA UEMA (EDITORA UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI, S/N,

Avenida Lourenço Vieira da Silva, Tirirical, Caixa Postal 09,

CEP 65055-310, São Luís, MA

editora@uema.br

www.editorauema.uema.br

(98) 3245-8472/ (98) 2016-8120

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA
SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA-PPGCSPA

ppgcspa@gmail.com

GUARIMÃ—REVISTA DE ANTROPOLOGIA&POLÍTICA, V.3, n. 2, jul-dez
de 2023. São Luís. Programa de Pós-Graduação em Cartografia
Social e Política da Amazônia—PPGCSPA, Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, 2023.

142p.:il. 16x23cm.

Semestral

ISSN:2675-9802.

Antropologia – Periódicos. 2. Política – Periódicos. I. Universidade
Estadual do Maranhão. II. Programa de Pós-Graduação em
Cartografia Social e Política da Amazônia.

CDU572:32

CDU 572:32

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

DOSSIÊ QUILOMBOS E LUTAS CONTEMPORÂNEAS

AGRONEGÓCIO, QUILOMBOLAS E DIREITO À ÁGUA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sandro José da Silva (UFES, Brasil)11

QUILOMBOS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS:
A EXPERIÊNCIA DA MESA QUILOMBOLA NO MARANHÃO
Gardênia Mota Ayres (UFBA, Brasil)34

O CUMBE: TERRITORIALIDADE AFROVENEZUELANA E
SUAS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS
Ana Felicien (UFPA, Brasil)53

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS SOB A ÓTICA DE JURISTA NEGRA/QUILOMBOLA
Pricila Aroucha Pinheiro (UFPA, Brasil)75

AS NOVAS REIVINDICAÇÕES PELA LIBERTAÇÃO DAS TERRAS NA GUIANA
DE COLONIZAÇÃO FRANCESA: TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE
COLETIVA, UM DESAFIO DE AUTODESCOLONIZAÇÃO PARA OS
POVOS AMAZÔNIDAS INDÍGENAS E AFROGUIANESES
Raphaëlle Servius-Harmois (AFROIANA URUKUDAN, Guiana Francesa)94

ARTIGOS LIVRES

CIÊNCIA CIUDADANA BARRIAL EN UNA VIP
DE MEDELLÍN DURANTE LA PRIMERA OLA DE COVID-19
Eliana Martínez-Herrera & Andrés García Sánchez (UDEA, Colômbia) 114

PRÁTICAS ANTROPOLÓGICAS NO TEMPO DE RECODIFICAÇÃO
Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA, Brasil) 127

APRESENTAÇÃO

Este número aborda questões contemporâneas relacionadas a realidades empiricamente observáveis, No DOSSIÊ QUILOMBOS E LUTAS CONTEMPORÂNEAS, abordaremos distintas lutas que articulam dinâmicas identitárias complexas, evidenciando a relação território, raça, classe e gênero. Tais mobilizações estão no campo, mas também dentro de instituições públicas responsáveis pela execução de políticas públicas.

O texto de Sandro José aborda o conflito pelo acesso à água em quilombos capixabas, especialmente sob a influência das neoplantations e da crise climática. Foca-se na agência das mulheres quilombolas, que denunciam desigualdades de gênero e raça na luta por água de qualidade. A etnografia no extremo norte do Espírito Santo destaca o Rio Angelim, um actante central nos conflitos entre direitos quilombolas e corporações celulósicas, no contexto de desertificação e expansão de commodities. Analisa-se a regularização fundiária dos quilombos, evidenciando a ausência de titulação e os conflitos resultantes. A filantropia das corporações é criticada como estratégia de pacificação, enquanto as políticas públicas favorecem o agronegócio, ignorando os direitos quilombolas. A crença na SUDENE representa uma ameaça severa, concentrando recursos no setor celulósico, exacerbando a escassez hídrica. As mulheres quilombolas do Rio Angelim afirmam a resiliência do rio e da comunidade, apesar dos impactos ambientais, chamando atenção para a necessidade de políticas que reconheçam e redistribuam recursos de forma justa.

Gardênia Aires, investiga os direitos socioculturais das comunidades quilombolas no Maranhão, com foco na Mesa Institucional de Regularização Fundiária Quilombola (MQ). A pesquisa baseia-se em reuniões e documentos do INCRA e busca refletir sobre a burocracia e as dificuldades na titulação das terras quilombolas, previstas na Constituição de 1988 e no Decreto 4.887/2013. A luta dessas comunidades está intrinsecamente ligada ao aprofundamento democrático no Brasil e enfrenta resistência das elites econômicas. As comunidades quilombolas sofrem violência e discriminação, exacerbadas por lentidão burocrática e racismo institucional. A criação da Mesa Quilombola (MQ) visa dialogar com o Estado para acelerar a regularização fundiária e superar esses obstáculos, mas enfrenta desconfiança devido à ineficiência histórica do INCRA.

Ana Felicien analisa a formação das comunidades negras rurais como resultado da resistência ao trabalho escravo, destacando os cumbes na Venezuela. Essas comunidades, formadas por escravos fugitivos (cimarrones), preservaram culturas, religiões e práticas libertárias. Traz autores que analisam a autonomia e resistência dos africanos escravizados, relacionando a tradição radical negra. A partir de distintas referências bibliográficas que enfatizam as conexões transnacionais e a luta contínua contra hierarquias raciais e de gênero. Destacando a territorialidade que envolve mobilizações políticas por direitos e identidade, adaptando-se às realidades sociais e resistindo ao domínio colonial, criando espaços autônomos e culturais diversificados.

Prícila Pinheiro aborda a importância dos territórios quilombolas, destacando o direito à titulação garantido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. A autora, uma jurista quilombola, utiliza os conceitos de Adilson Moreira para discutir a interpretação jurídica

sob a perspectiva negra/quilombola. O texto enfatiza que a regularização fundiária é mais que uma questão processual, envolvendo significações culturais e históricas profundas. O artigo é dividido em capítulos que exploram a territorialidade quilombola e a interpretação do direito ao território, ressaltando os desafios e a morosidade nos processos de demarcação fundiária. A análise é fundamentada em uma pesquisa bibliográfica qualitativa e aponta o racismo como um dos principais entraves. A autora destaca a importância de manter viva a cultura e ancestralidade quilombola, que dependem do território para sua continuidade, e critica a falta de efetividade na implementação dos direitos garantidos.

Raphaelle Servius-Harmois, analisa distintas situações a partir do Colóquio Internacional dos Quilombolas e outros grupos afrodiáspóricos, emergiu uma visão ampliada das resistências e lutas pela preservação de territórios no continente. O evento, organizado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, contou com a participação de diversos representantes quilombolas e foi um marco para o reempoderamento afrodiáspórico. Realizado no mês da Consciência Negra, o encontro fortaleceu as autoafirmações e reivindicações por equidade, promovendo mobilizações articuladas. Ao longo de uma década, a conscientização sobre direitos territoriais e autodeterminação cresceu, especialmente em contextos de desafios institucionais, como a Constituição francesa de 1958, que não reconhece a pluralidade étnica. A luta pelo reconhecimento e pela terra continua a ser uma questão central nas mobilizações afrodiáspóricas e indígenas.

Nos artigos com temas livres, Alfredo Wagner Berno de Almeida, durante a conferência "Práticas Antropológicas no Tempo da Recodificação", abordou a complexidade das reformas legais no Brasil, ressaltando as mudanças nos códigos jurídicos e suas implicações para a pesquisa antropológica. Wagner discutiu as dificuldades burocráticas enfrentadas na pesquisa, as influências das normas abertas no sistema judiciário e a reconfiguração das relações entre o Estado, povos tradicionais e recursos naturais. Ele destacou a importância da vigilância acadêmica diante dessas transformações e a necessidade de reflexões profundas sobre a dinâmica entre antropologia, política e direito.

Eliana Martínez-Herrera e Andrés García Sánchez analisam a multidimensionalidade das condições de vulnerabilidade social e econômica nas Vivendas de Interesse Prioritário (VIP) se intensificou durante o isolamento causado pela pandemia de SARS-CoV-2, convertendo a moradia em um espaço de reprodução de violências estruturais e interpessoais. Diante da impossibilidade de realizar etnografia convencional, foram experimentadas novas metodologias, incluindo a ciência cidadã comunitária, para envolver grupos locais na criação de diagnósticos sobre suas condições de vida. As famílias nas VIP enfrentaram ainda dificuldades alimentares e laborais, exacerbadas pela informalidade e baixos níveis educacionais. Em resposta, foi formado um grupo de "cientistas cidadãos" que, por meio da coprodução de conhecimento, buscou mitigar essas problemáticas e visibilizar as desigualdades estruturais e territoriais preexistentes.

Por fim, entregamos aos leitores mais este número da Revista Guarimã. Esperamos estar contribuindo para a consolidação da antropologia e de debates pertinentes a temas contemporâneos.